|  |  |
| --- | --- |
|  | Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC Centro de Educação Superior do Alto Vale do Itajaí – CEAVIDepartamento de Engenharia Sanitária - DESA |

|  |
| --- |
| **PLANO DE ENSINO** |
|  |
| **DEPARTAMENTO:** ENGENHARIA SANITÁRIA |
|  |
| **DISCIPLINA:** Legislação Sanitária e Ambiental  | **SIGLA:**LSA |
|  |
| **PROFESSOR:** Priscila Natasha Kinas | **E-mail:** priscila.kinas@udesc.br |
|  |
| **CARGA HORÁRIA TOTAL:** 36 h | **TEORIA:** 36 h | **PRÁTICA**: 0 h |
|  |
| **CURSO:** BACHARELADO EM ENGENHARIA SANITÁRIA |
|  |
| **SEMESTRE/ANO:**II/2015 | **PRÉ-REQUISITOS: NÃO** |

**OBJETIVO GERAL DO CURSO:**

O Curso de Engenharia Sanitária do Centro de Educação Superior do Alto Vale do Itajaí – CEAVI, da UDESC/ Ibirama, objetiva formar profissionais da engenharia habilitados à preservação, ao controle, à avaliação, à medida e à limitação das influências negativas das atividades humanas sobre o meio ambiente, de modo a atender as necessidades de proteção e utilização dos recursos naturais de forma sustentável, aliando novas metodologias e tecnologias na exploração, uso e tratamento da água, nos projetos de obras de saneamento, que envolvem sistemas de abastecimento de água, sistemas de esgotamento sanitário, sistemas de limpeza urbana, bem como no desenvolvimento de políticas e ações no meio ambiente que busquem o monitoramento, o controle, a recuperação e a preservação da qualidade ambiental e da saúde pública.

**EMENTA:**

Introdução. Conceito. O direito ambiental. Licenciamento Ambiental. Legislação ambiental Brasileira e estadual. Aplicação da legislação ambiental em varias áreas de atuação pelo homem.

**OBJETIVO GERAL DA DISCIPLINA**

Capacitar o aluno na compreensão da legislação ambiental do país e da Santa Catarina. Capacitar o aluno na percepção das diferentes correntes de pensamento que influenciam na promulgação de leis ambientais. Conhecer as legislações de aplicação na área de saneamento.

**OBJETIVOS ESPECÍFICOS/DISCIPLINA:**

1. Criar e cooperar com a consciência cívica e de cidadania voltada a questão ambiental;
2. Analisar o conteúdo básico da disciplina, delineando suas noções propedêuticas, sua gênese e desenvolvimento.
3. Habilitar o acadêmico para a tomada de decisões dentro dos limites impostos pela legislação ambiental quando em interface com o setor produtivo
4. Oferecer tratamento sistemático fundamentado na Constituição Federal, na Lei de Política Nacional do Meio Ambiente e de outros diplomas normativos que compõem o ordenamento jurídico ambiental.
5. Observar a importância do Direito Ambiental para a manutenção do equilíbrio ecológico e da própria vida humana.

**CRONOGRAMA DAS ATIVIDADES:**

| Nº | Data | Horário | H.A. | Conteúdo |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| 01 | 04-08-2015 | 10:10 11:50 | 02 |  Apresentação da disciplina, apresentação do plano de ensino métodos de avaliação. Compreender conceitos da disciplina e sua relação com os outros ramos do direito;  |
| 02 | 13-08-2015 | 10:10 11:50 | 02 | Entender e analisar a importância, objetivo, finalidade e características do Direito Ambiental; compreender os princípios fundamentais do Direito ambiental; Analisar e interpretar a proteção ambiental prevista na CF/88, específica e esparsa, bem como sua relação com os princípios já vistos;\* Aula via Moodle |
| 03 | 18-08-2015 | 10:10 11:50 | 02 | Conhecer as competências ambientais: administrativa, legislativa e jurisdicional; entender o conceito de dano ambiental e sua consequência, como incide a responsabilidade civil na esfera ambiental, bem como a responsabilidade que gera ao empreendedor, ao Estado e ao profissional;  |
| 04 | 25-08-2015 | 10:10 11:50 | 02 | Entender o que é a responsabilidade administrativa, como e quando ocorre a sua aplicação, bem como conhecer as infrações e normas administrativas de proteção ao meio ambiente, em especial o Decreto n. 6.514/2008, que sujeitam o infrator a uma sanção administrativa; analisar a Lei 9605/1998 sua aplicação e características das condutas que geram crimes ambientais, responsabilizando os sujeitos, pessoa física e jurídica; |
| 05 | 01-09-2015 | 10:10 11:50 | 02 | Conhecer e entender a primeira lei ambiental que trata do meio ambiente de forma holística, a Lei 6.938/1981, bem como introduzir os instrumentos que vão dar efetividade à política; Analisar e compreender o que é avaliação de Impacto Ambiental, especialmente EIA/RIMA e quando e como uma atividade é considerada de significativo impacto ambienta nos termos da Legislação; Entender o que é licenciamento ambiental, as etapas de uma licença e quais aas atividades que precisam de licença;  |
| 06 | 08-09-2015 | 10:10 11:50 | 02 | Conceito e Normas relativas a Padrões de qualidade do ar, da água, do solo, sonora, visual e eletromagnética/antena; Entender o que é o zoneamento sócio-econômico ambiental e compreender a importância de sua implementação em todos os entes federados como orientador das políticas públicas e privadas; |
| 07 | 15-09-2015 | 10:10 11:50 | 02 | Compreender a finalidade e aplicação do tombamento na esfera ambiental; Entender o que são Unidades de Conservação e analisar e interpretar a Lei 9.985/2000;  |
| 08 | 22-09-2015 | 10:10 11:50 | 02 | Entender e interpretar a Lei n. 12.651/2012, norma geral de proteção às florestas e demais formas de vegetação, principalmente no que tange aos seus princípios, área de preservação permanente e reserva legal;  |
| 09 | 29-09-2015 | 10:10 11:50 | 02 | Prova 01 |
| 10 | 06-10-2015 | 10:10 11:50 | 02 | SANEAMENTO BÀSICO – Breve histórico - TR1 (entrega do trabalho escrito) |
| 11 | 13-10-2015 | 10:10 11:50 | 02 | Identificar a escassez quantitativa e qualitativa da água, conhecer e interpretar a Lei 9.433/97, que dispõe sobre a Política Nacional de Recursos Hídricos;  |
| 12 | 20-10-2015 | 10:10 11:50 | 02 | Entender a relação da cidade e do urbanismo com a questão ambiental e Analisar a Lei n. 10.257/2001, denominada de Estatuto da Cidade, que disciplina o uso da propriedade urbana;  |
| 13 | 27-10-2015 | 10:10 11:50 | 02 | Palestra 01 ou Saída Técnica  |
| 14 | 03-11-2015 | 10:10 11:50 | 02 | Analisar a Lei n. 12.305/2010, que dispõe sobre a Política Nacional de Resíduos Sólidos, destacando a forma de gestão para efetivar a deposição adequada dos resíduos sólidos e implementar a política reversa;  |
| 15 | 10-11-2015 | 10:10 11:50 | 02 | SEMINARIO 1  |
| 16 | 17-11-2015 | 10:10 11:50 | 02 | Apresentar e analisar, temas que são atuais e levantar pontos polêmicos e divergentes, buscando conhecer as ideias e a capacidade crítica aprendida na disciplina |
| 17 | 24-11-2015 | 10:10 11:50 | 02 | Prova 02 |
| 18 | 02-12-2015 | 10:10 11:50 | 02 | Cases julgados na Comarca de SC |
|  |  |  |
|  | 15-12-2015 | 10:10 11:50 |  | EXAME |

**METODOLOGIA PROPOSTA:**

 Aulas expositivas, dialogadas, com a utilização de recursos audiovisuais;

**AVALIAÇÃO:**

Os estudantes serão avaliados por meio de seminário, trabalho escrito e prova:

O Seminário, será apresentado pelos alunos por conteúdos pré-definidos com assuntos relacionados a disciplina.

Prova relacionada aos assuntos dos conteúdos ministrados em sala.

A nota atribuída ao final do semestre (nota final – NF) será calculada pela seguinte fórmula:

NF = P1 + SEM1 + TR1 + P2 /4 = média final deverá ser igual ou superior a 7,0.

SEM1= Seminário (grupos de 3 alunos).

P1e P2 = Prova (Individual sem consulta).

TR1 = Trabalho escrito (Individual).

**BIBLIOGRAFIA BÁSICA:**

1. DEMOLINER, Karine Silva. **Água e saneamento básico:** regimes jurídicos e marcos regulatórios no ordenamento brasileiro . Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2008. 220 p. ISBN 9788573485288 (broch.). Número de Chamada:**341.343 D383a. Total de exemplares 3 Ceavi**
2. FIORILLO, Celso Antonio Pacheco. **Curso de direito ambiental brasileiro.** 14. ed. rev. atual. ampl. em face da Rio+20 e do novo Código Florestal. São Paulo: Saraiva, 2013. 961 p. ISBN 9788502187924 (broch.). Número de Chamada:**341.347 F519c 14.ed. 2013. Total de exemplares 8 Ceavi**
3. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Manual do Saneamento. Fundação Nacional da Saúde. 2004. On-line

**BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:**

1. ÁGUAS:.aspectos jurídicos e ambientais. Curitiba: Juruá, 2010. 305 p. ISBN 9788536217789 (broch.). Número de Chamada:**342.1244 A282 3.ed. Total de exemplares 3 Ceavi**
2. CAUBET, Christian Guy. **A água, a lei, a política... E o meio ambiente?.**Curitiba: Juruá, 2004. 305 p. ISBN 85-362-0590-3 (broch.).  Número de Chamada:**341.343 C371a. Total de exemplares 1 Ceavi.**
3. GUERRA, Sidney. **Resíduos sólidos:** comentários à Lei 12.305/2010 . Rio de Janeiro: Forense, 2012. 194 p. ISBN 9788530940140 (broch.). Número de Chamada:**628.44 G929r 2012. Total de exemplares 2 Ceavi**
4. .PHILIPPI JUNIOR, Arlindo; ALVES, AlaôrCaffé. **Curso interdisciplinar de direito ambiental.** Barueri: Manole, 2005. 953p (Ambiental ; 4). ISBN 8520421873 (enc.). Número de Chamada:**341.347 C977. Total de exemplares 2 Ceavi**
5. SETTE, Marli Teresinha Deon. **Manual de direito ambiental.** 3.ed. Curitiba: Juruá, 2014. 652 p. ISBN 9788536246567 (broch.).  Número de Chamada:**341.347 S495m 3.ed 2014 Total de exemplares 2 Ceavi**
6. SIRVINSKAS, Luis Paulo. **Manual de direito ambiental.** 12. ed. São Paulo: Saraiva, 2014. 984 p. ISBN 9788502216198 (broch.). Número de Chamada:**341.3470981 S621m 12. ed. 2014. Total de exemplares 2 Ceavi.**
7. FORTINI, Cristiana; PICININ, Juliana; SUNDFELD, Carlos Ari. **Saneamento básico:** estudos e pareceres à luz da lei n. 11.445/2007 . Belo Horizonte: Fórum, 2009. 310 p. ISBN 9788577002436 (broch.). Número de Chamada:**341.3470981 S223 2009. Total de exemplares 3 Ceavi**